

PUBLICIDADE LEGAL

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

COMPANHIA FECHADA

CNPJ/MF n.º 94.845.674/0001-30 NIRE n.º 43-3-0000283 7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Conselho de Administração da Refinaria Petróleo Riograndense S.A., pelo presente, convoca os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") da Refinaria de Petróleo Riograndense S/A ("Companhia"), que se realizará no dia 25 de abril de 2024, às 09 horas, na modalidade **exclusivamente digital**, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/76 e da regulamentação aplicável e, apenas para fins legais, na sede social da Companhia, situada na Rua Engenheiro Heitor Amaro Barcellos, n.º 551, na Cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, para deliberar sobre a seguinte Ordem do dia: 1-Exame, discussão e votação do relatório da administração, das contas dos Administradores, das demonstrações financeiras e do balanço patrimonial, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 2- Deliberação sobre a Proposta da Administração para o orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2024; 3- Destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo a deliberação acerca da distribuição de dividendos a serem pagos pela Companhia; e 4 - Fixação do montante de remuneração global anual para os administradores da Companhia. **Participação na Assembleia:** A Assembleia acontecerá de forma exclusivamente digital, mediante participação e votação à distância, através da plataforma Microsoft Teams, conforme autorizado pela Lei nº 6.404/76, art. 124, §2º-A, e observado o regulamento disposto na IN 81/2020-DREI e suas alterações. Todas as orientações necessárias para acesso, participação, e votação à distância estarão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: http://www.refinariograndense.com.br/uploads/demonstrativo_arquivo/Edital_Convocacao_AGO_2024.pdf. Os Acionistas, para participarem da presente Assembleia, deverão apresentar documento de identificação e extrato emitido em até 02 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante. Nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76, os Acionistas poderão ser representados na Assembleia por um procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo necessária a apresentação do respectivo instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, o qual deverá ser depositado na sede social da Companhia ou enviado através do e-mail gayer@refinariograndense.com.br, até às 09h horas do dia 23 de abril de 2024, sob pena do procurador não poder exercer o mandato. Rio Grande, 15 de abril de 2024. **ARLINDO MOREIRA FILHO - Presidente do Conselho de Administração.**

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TERMOLAR S/A
 CNPJ/MF 92.780.634/0001-22 - NIRE 433 00002942
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Convocação - Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar em 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, na sede social, à Rua Tamarandé, nº 500, Bairro Camaquã, CEP 91900-790, em Porto Alegre/RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1 - Leitura, discussão e aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2 - Destinação do resultado do exercício; 3 - Eleição dos membros da Administração; 4 - Fixação da remuneração dos administradores; 5 - Deliberar sobre a inclusão, no objeto da companhia, a atividade de comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; 6 - Alterar o artigo 3º do Estatuto Social da Sociedade, se for o caso; 7 - Assuntos gerais. Porto Alegre/RS, 22 de abril de 2024. Natalie Ardrizzo - Diretora.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TESB Transmissora de Energia Sul Brasil S.A.
 CNPJ/ME 13.289.882/0001-07 - NIRE 4.330.005.852-2
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL S.A. ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 15h00, exclusivamente de modo digital, por meio da Plataforma Digital *Microsoft Teams Meetings*, para analisar e votar sobre as seguintes Ordens do Dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Aprovar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (v) Fixar o montante global da remuneração paga para os membros da Administração e do Conselho Fiscal da Companhia no período de maio de 2024 a abril de 2025. **Informações Gerais:**

1. Poderão participar das Assembleias os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico corporategovernance@cpfl.com.br com 48h (quarenta e oito horas) de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) *pessoa física* - documento de identificação com foro; (ii) *pessoa jurídica* - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).
2. É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às Assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastro prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas Assembleias; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma.
3. As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia; e (ii) ser advogado.
4. As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores.
5. Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restritas aos acionistas participantes.
6. Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Porto Alegre, 22 de abril de 2024
André Luiz Gomes da Silva
 Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O
APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

- Últimas notícias
- Versão para folhear
- Notificações das notícias mais importantes



PUBLICIDADE LEGAL

HABITASUL DESENVOLVIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ/ME Nº 03.078.261/0001-1 NIRE Nº 43300038947 CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social, na Av. Carlos Gomes, 400, sala 504, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre, RS, CEP: 90.480-900, às 10:00 horas do dia 30 de abril de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em regime Ordinário:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023; b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; c) Fixar o montante da remuneração dos Administradores. **Em regime Extraordinário:** a) Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização das contas de Reservas Estatutárias de Lucros, sem emissão de novas ações; b) Alterar o Artigo 5º do Estatuto Social a fim de refletir o aumento de capital proposto; e c) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. Porto Alegre, 22 de abril de 2024. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

»»» Continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.1. Operações com Partes Relacionadas: As transações com partes relacionadas estão a seguir descritas:

Ativo Não Circulante	
2023	2022
Termopar - Termolar Participações Ltda.....	48.722 46.843
Total	48.722 46.843

15.1. Tributos Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A movimentação dos impostos diferidos durante o exercício é a seguinte:

Tributos Diferidos Ativos	
Diferenças Temporárias	
Adições	Prej. Fiscais e Bases Negativas CSLL
Temporárias	Total
Em 31/dezembro/2021	2.215 4.204 6.419
Constituição de Tributos	- 69 69
Em 31/dezembro/2022	2.215 4.273 6.488
Constituição de Tributos	- 241 241
Em 31/dezembro/2023	2.215 4.514 6.729

16.1. Tributos Diferidos Passivos

Diferenças Temporárias			
Reservas de Reavaliação	Custo Atribuído	Vida Útil	Total
Em 31/dezembro/2021	2.067 9.364 806 12.237		
Constituição de Tributos	- - - -		
Realização de Tributos	- - - -		
Em 31/dezembro/2022	2.067 9.364 806 12.237		
Constituição de Tributos	- - - -		
Realização de Tributos	(41) - - (41)		
Em 31/dezembro/2023	2.026 9.298 806 12.196		

16.2. Provisão para Contingências: A Companhia mantém provisões para contingências trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos externos, integralmente constituídas. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2023
Depósitos Judiciais Relacionados.....	(1.543) (1.543)
Efeito Líquido	(431) (431)
Reversão de provisão.....	(1.681) (1.681)
Constituição de provisão.....	1.317 1.317
Em 31 de dezembro de 2023	748 748
Depósitos Judiciais Relacionados.....	(1.595) (1.595)
Efeito Líquido	(847) (847)

Adicionalmente a Companhia tem ações de natureza trabalhista, cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como, possíveis ou remotas, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Possível	Remota
Trabalhistas	1.006 4
Cíveis.....	342 90
Total	1.348 94

17.1. Outras Provisões

Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
2023	2022	2023
Provisão de indenização a Representantes	855 660	2.841 855 3.501
Provisão Comissões a Pagar	851 637	- 851 637
Provisão de Fretes	782 1.214	- 782 1.214
Provisões Diversas.....	1.625 774	- 1.625 774
Total	4.113 3.285	- 2.841 4.113 6.126

As provisões mantidas no Passivo Circulante decorrem de estimativa contábil da Companhia em relação aos montantes que serão liquidados nos próximos 12 meses.

18.1. Capital Social: O Capital Social é dividido em 2.000 ações ordinárias conforme a seguir:

Acionista	Quantidade de Ações		Capital Social	
	Ações Ordinárias	Em Milhares	Em Reais	Em %
Termopar - Termolar Participações Ltda.....	1.926	41.980	96,3	
Minoritários.....	55	1.199	2,75	
Tesouraria.....	19	414	0,950	
Total	2.000	43.593	100	

(a) Ações em Tesouraria: Conforme AGE de 22 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia deliberaram a respeito da compra de ações pela própria Companhia para posterior cancelamento, como parte do plano de agrupamento da totalidade das ações.

(b) Reserva de Reavaliação

2023	2022
Reserva de Reavaliação	
Saldo a Depreciar da Reavaliação - Imobilizado	
Terrenos.....	1.895 1.895
Prédios	3.964 4.085
Total	5.859 5.980
Tributos Diferidos	
Provisão IRPJ.....	(1.462) (1.495)
Provisão CSLL.....	(529) (538)
Total	(1.991) (2.033)
Efeito Líquido em Reserva de Reavaliação	3.868 3.947

(c) Ajuste de Avaliação Patrimonial:

2023	2022
Ajustes de Avaliação Patrimonial	
Saldo a Depreciar do Custo Atribuído - Imobilizado	
Terrenos.....	27.540 27.540
Total	27.540 27.540
Tributos Diferidos	
Provisão IRPJ.....	(6.885) (6.885)
Provisão CSLL.....	(2.478) (2.478)
Total	(9.363) (9.363)
Efeito Líquido em Ajuste de Avaliação Patrimonial	18.177 18.177

19.1. Receita Operacional Líquida

2023	2022
Vendas para o Mercado Interno	291.187 261.949
Vendas para o Mercado Externo	31.501 27.210
Total Receita Operacional Bruta	322.688 289.159
(-) IPI sobre Vendas.....	(23.816) (23.425)
(-) ICMS sobre Vendas.....	(16.293) (18.288)
(-) PIS sobre Vendas	(3.663) (3.304)
(-) COFINS sobre Vendas	(16.872) (15.218)
(-) Descontos incondicionais	(22) (14)
(-) Devolução de Vendas	(10.930) (10.123)
Deduções da Receita Operacional	(71.596) (70.372)
Total Receita Operacional Líquida	251.092 218.787

20.1. Outras Receitas (Despesas)

2023	2022
Outras Receitas	
Receita Reintegrada.....	20 85
Venda de Sucata	- 317
Juros s/Mútuo.....	1.631 1.486
Crédito Extemporâneo Pis e Cofins	- 55
Recuperação Crédito (a).....	6.185 2.543
Ações Eletrobrás	- 18
Ganho na venda de imobilizado	191 82
Venda de Matéria-Prima.....	1.151 -
Outras Receitas.....	295 22
Total das Receitas Operacionais	9.473 4.608
Outras Despesas	
Impostos e Taxas.....	(669) (366)
Participação estatutária.....	(961) -
Outras Despesas.....	(756) (25)
Total das Despesas Operacionais	(2.386) (391)
Total das Receitas e (Despesas) Operacionais	7.087 4.217

(a) Exclusão do frete e das despesas acessórias da base de cálculo do IPI.

21.1. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

2023	2022
Atualização de Tributos a Recuperar	297 22
Receitas de Aplicação	347 693
Juros Recebidos.....	348 158
Descontos Obtidos	130 24
Variação Cambial	174 873
Atualização de Depósitos Judiciais	131 72
Total das Receitas Financeiras	1.427 1.842
Despesas Financeiras	
Multa e Juros sobre Tributos	(15.720) (2.355)
Despesas Bancárias.....	(1.673) (6.314)
IOF.....	(178) (359)
Descontos Concedidos.....	(9.004) (496)
Juros sobre Empréstimos.....	(9.845) (12.990)
Juros Capital Próprio	(1.409) (1.460)
Variação Cambial Passiva	(964) (1.049)
Despesas Financeiras	(6.190) -
Total das Despesas Financeiras	(44.983) (25.023)
Resultado Financeiro Líquido	(43.556) (23.181)

22.1. RESULTADO POR AÇÃO

2023	2022
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da Empresa	
Resultado disponível aos acionistas ordinários	1.619 279
Total	1.619 279
Denominador (em quotas)	
Quantidade de ações ordinárias emitidas	2.000 2.000
Total	2.000 2.000
Resultado por Ação no Final do Exercício, em Reais	810 140

Valor por ação

23.1. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - EBITDA (LAJIDA)

2023	2022
Receita Operacional Líquida	251.092 218.787
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	(146.852) (160.147)
Lucro Operacional Bruto.....	104.240 58.640
(-) Despesas com Vendas	(44.511) (24.816)
(-) Despesas Gerais, Administrativas e Operacionais	(14.900) (10.042)
(+) Depreciação / Amortização	2.721 1.781
EBITDA	47.550 25.563
% sobre Receita Operacional Líquida	18,94% 11,68%

24.1. COBERTURA DE SEGUROS (Não Auditado): A administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações produtivas e administrativas.

25.1. EVENTO SUBSEQUENTE: A Termolar S.A está em processo de incorporação de sua controladora, sendo ela a Termopar - Termolar Participações LTDA, o mesmo está em tramite na junta comercial responsável.

NATALIE ARDRIZZO
Diretora

EDUARDO MATTOS CARDOSO
Contador
CRC/RS 070236/O-9

AUDITADA POR MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

ALFREDO HIRATA
Contador
CRC (SC) nº 0018.835/O-7-T SP

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



Sede / Rio Grande do Sul (RS) - CNPJ nº 95.622.585/0001-98 - Reg. no CNSS (CNAS) sob nº 110.556/62
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS - Portaria do MEC nº 25, de 05/02/2020

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SRAS. ASSOCIADAS: Submetemos a apreciação de V. Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2023, com o parecer do Conselho Fiscal e o Relatório do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

Santa Maria, 31 de dezembro de 2023. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em reais)

Table with columns: Nota, ATIVIDADES SEGREGADAS (Educação, Social, Ativ. Sust.), CONSOLIDADO (2023, 2022). Rows include Ativo Circulante, Total Ativo Circulante, Não Circulante, Total Ativo Não Circulante, Total do Ativo, Passivo Circulante, Total Passivo Circulante, Patrimônio Líquido, Total Patrimônio Líquido.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Table with columns: Nota, ATIVIDADES SEGREGADAS (Educação, Social, Sustentáveis), CONSOLIDADO (2023, 2022). Rows include Receita Bruta, Custos dos Serviços e Atividades, Receita Líquida, Despesas Operacionais, Outras Receita / Despesas, Superávit/Deficit Operacional.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2023 E 31/12/2022

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL - A SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA é associação, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, beneficente, de natureza educacional, assistencial, científica e cultural. Possui sua área de atuação preponderante na educação e sua área de atuação secundária é cultural, social e científica, conforme os artigos 1º, 5º (incisos I, II, III, IV, V) e 6º do seu Estatuto Social. É detentora do Título de Utilidade Pública Estadual Decreto nº 21.712 de 04/05/1972, Utilidade Pública Municipal Lei nº 1.315, de 19/04/1968, inscrita no Conselho Estadual de Educação sob nº 141, no Conselho Municipal de Assistência Social sob nº 043, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob nº 103, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), renovado pelo MEC pela Portaria nº 25, publicado no Diário Oficial da União em 05/02/2020, vigência: 31/12/2015 a 30/12/2018, o processo de renovação do triênio 31/12/2018 a 30/12/2021 foi encaminhado tempestivamente conforme processo nº 23000.011251/2021-58 ao Ministério da Educação e encontra-se sob análise e tem como finalidade estatutária, conforme artigo 5º: I. manter a educação básica, formada pela Educação Infantil – creche e pré-escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional Técnica de Nível Médio; II. proporcionar ao educando o desenvolvimento que lhe assegure a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores; III. capacitar o aluno de nível médio, com conhecimentos técnicos, teóricos e práticos nas diversas atividades, oportunizando acesso ao mercado de trabalho, além da perspectiva de habilitação, qualificação e ou reinserção no setor produtivo; IV. educar as crianças, adolescentes, com programação integrada de lazer, esporte, convivência e bem estar; V. promover uma educação geradora de autonomia intelectual de vida, criativa e participativa, com responsabilidade social; VI. desenvolver a gestão pedagógica interativa, norteada pelos princípios cristãos, éticos, educacionais, sociais no compromisso com a comunidade, especialmente com a família; VII. formar cidadãos nas diferentes áreas do conhecimento, conscientes do compromisso e participação no desenvolvimento da sociedade; VIII. oferecer bolsas de estudo, através de gratuidades integrais e parciais, de acordo com o nível de carência do aluno e das normas vigentes no País; IX. ser um espaço de fortalecimento da mística, dos valores éticos, da espiritualidade e da cidadania, como vivência e manifestação do Amor Divino; X. desenvolver projetos de Proteção Social, visando o resgate da cidadania, a dignidade humana e a inclusão social; XI. desenvolver projetos de proteção social para pessoas idosas, visando a qualidade de vida saudável; XII. desenvolver projetos, programas e serviços socioassistenciais conforme a legislação em vigor.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Na elaboração das demonstrações contábeis de 2023 e 2022, a Entidade adotou a Lei nº 11.639/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26 - R5), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente pela ITG 2002 - R1, que estabeleceu novos critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucro. As demonstrações contábeis do exercício 2023 comparativas ao exercício de 2022 da SAEAMA, foram aprovadas na Assembleia da Entidade realizada no dia 23 de janeiro de 2024.

NOTA 03 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (ITG 2000 - R1) - A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem o evidenciamento de fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no SPED - Sistema Público de Escrituração Digital. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em seu arquivo e em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 04 - PRINCÍPIOS PRÁTICOS CONTÁBEIS ADOPTADAS - a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC - TG 03 - R3) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC - TG 26 - R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. b) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço. c) Ativo circulante - Contas a receber (Recebíveis de Clientes e Outros Recebíveis) - As contas a receber (recebíveis de clientes e outros recebíveis) são registradas pelo valor faturado. d) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa: Esta perda estimada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade (média de inadimplência dos últimos três anos), e assim atendendo a ITG 2002 - R1 em seu item 14. e) Depreciações: Foram calculadas com base na revisão da vida útil dos bens, conforme Nota Explicativa nº 07 e 08, levando em conta a vida útil-econômica dos bens. f) Imobilizado - Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota 07 e 08 e leva em consideração o tempo de vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 - NBC - TG 27 - R4). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. g) Obras em Andamento: As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais. h) Passivo Circulante: Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. - Provisões - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvidos para saldar a obrigação. i) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. j) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. k) Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. l) As Despesas, os custos e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao Princípio da competência. m) Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Princípio da Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber), e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. n) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado e Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. o) Aplicações de Longo Prazo (Não Circulante): A aplicação financeira foi realizada em investimentos com rentabilidade de longo prazo, sem restrições: observe-se rentabilidade positiva no período de 2023, ano em que o capital esteve aplicado.

NOTA 05 - MUDANÇAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS - Conforme determinação da Resolução CFC Nº 1.177/09 (NBC TG 27 - R4), a Entidade revisou suas taxas de depreciação de acordo com a vida útil e utilização dos bens. Em caso de alteração, conforme prevista na Resolução CFC Nº 1.179/09 (NBC TG 23 - R2) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, será considerado uma mudança de estimativa contábil prospectiva (vida útil de um ativo depreciável ou no padrão esperado de consumo dos futuros benefícios desse tipo de ativo), afetando a depreciação do período corrente e de cada um dos períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo. NOTA 06 - OUTROS ATIVOS CIRCULANTES - Este grupo é composto pelos seguros contratados no exercício 2023, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, outros valores a receber (impostos a restituir e aluguéis a receber) das atividades sustentáveis. NOTA 07 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE - PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO - Conforme determina a Resolução CFC nº 1.178/2009 que aprovou a NBC TG 28 - R4 - Propriedades para Investimento é a propriedade (terreno ou edifício - ou parte de edifício - ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para

ambas. O imóvel classificado como propriedade para investimento está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação, conforme segue abaixo:

Table with columns: IMÓVEIS, TX DEPREC. ANUAL MÉDIA S/RESIDUAL, CUSTO (R\$), DEPRECIACAO ACUMULADA (R\$), VALOR CONTABIL (R\$). Rows include TERRENOS P/INVESTIMENTO, PRÉDIOS P/INVESTIMENTO, OBRAS EM ANDAMENTO P/INVESTIMENTO, TOTAL.

NOTA 08 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação ou amortização do período, originando o valor líquido contábil. Os bens pertencentes ao ativo imobilizado desativados ou avariados durante o ano de 2023 foram baixados do sistema patrimonial e na contabilidade. Estes valores foram lançados na conta de Perdas na alienação do imobilizado. O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação com a finalidade de atender a Lei Nº 11.638/07, Resolução do CFC Nº 1.177/2009 (NBC TG 27 - R4 e Resolução do CFC Nº 1.330/10 (ITG 2000 - R1). No ano de 2023, a Entidade revisou os percentuais de depreciação dos bens do imobilizado, com base na sua estimativa de vida útil. A metodologia utilizada seguiu os princípios aprovados pelas Normas ABNT que tratam da avaliação de bens e determinação da vida útil: ABNT nº 14.653-1 - Procedimento Gerais; ABNT nº 14.653-2 - Imóveis Urbanos; e ABNT nº 14.653-5 - Máquinas e Equipamentos e Outros Bens. É demonstrado nos quadros abaixo, os valores de custo deduzido de depreciação, do ativo imobilizado e intangível no ano de 2023, conforme segue:

>>> Continua >>>

>>> Continuação >>>

SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMASede / Rio Grande do Sul (RS) - CNPJ nº 95.622.585/0001-98
Reg. no CNSS(CNAS) sob nº 110.556/62 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Portaria do MEC nº 25, de 05/02/2020**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior

do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre - RS, 10 de abril de 2024.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP "S" "RS" 024298/O-3Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador
CRC/SP "S" "RS" 187.003/O-0
CNAI - SP - 1620

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC